



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

**TERMO DE REFERÊNCIA – SRP
PREGÃO ELETRÔNICO
VALOR ESTIMADO PÚBLICO
MENOR PREÇO**

**FORNECIMENTO, POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP,
TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS,
DESTINADOS À COMPOSIÇÃO DE KIT'S PRODUTIVOS PARA APOIO À
APICULTURA NO ESTADO DO PIAUÍ, ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF - 7ª SR.**

MAIO/2023



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

ÍNDICE

1OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	3
3FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	5
4LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE	5
5DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS	5
6CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	6
7VISITA AO LOCAL DA ENTREGA.....	6
8PROPOSTA.....	7
9DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	7
10ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	8
11PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS.....	8
12FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	8
13REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS	8
14REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS	9
15MULTAS	9
16RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS.....	11
17FISCALIZAÇÃO	12
18CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	12
19OBRIGAÇÕES DO(A) FORNECEDOR(A).....	13
20OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	14
21GARANTIA DOS MATERIAIS	14
22MATRIZ DE RISCO	15
23CONDIÇÕES GERAIS.....	16
24ANEXOS	16



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, transporte, carga e descarga de equipamentos e materiais, destinados à composição de Kit's produtivos para apoio à apicultura no Estado do Piauí, área de atuação da CODEVASF - 7ª SR, a serem entregues no município de Teresina, localizado no estado Piauí, distribuídos em 15 (quinze) itens, conforme descrito abaixo:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	COTA DECRETO	UN	QUANTIDADE
1	464776	Colméia padrão internacional Langstroth	Principal	unid	8.000
2	464776	Colméia padrão internacional Langstroth	Reserva-ME/EPP	unid	2.000
3	441425	Centrífuga Elétrica para Extração de Mel 50/65 Quadros	Principal	unid	24
4	441425	Centrífuga Elétrica para Extração de Mel 50/65 Quadros	Reserva-ME/EPP	unid	6
5	601709	Mesa Desoperculadora de Favos 60 Quadros Manual	Principal	unid	24
6	601709	Mesa Desoperculadora de Favos 60 Quadros Manual	Reserva-ME/EPP	unid	6
7	320647	Tanque Decantador 400 lts / 560 Kg	Principal	unid	48
8	320647	Tanque Decantador 400 lts / 560 Kg	Reserva-ME/EPP	unid	12
9	408010	Bandeja Para Receber Melgueira	Exclusiva-ME/EPP	unid	60
10	293195	Fumigador Apícola	Exclusiva ME/EPP	unid	250
11	349388	Macacão Conjugado para Apicultor	Principal	unid	400
12	349388	Macacão Conjugado para Apicultor	Reserva-ME/EPP	unid	100
13	486212	Bota em pvc (par)	Exclusiva-ME/EPP	unid	500
14	301886	Luva em Vaqueta de Couro (par)	Exclusiva-ME/EPP	unid	500
15	399665	Aparelho de Ar condicionado Split 12.000 BTU's	Exclusiva-ME/EPP	unid	8



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

1.1.1. A participação das licitantes, conforme os itens, será da seguinte forma:

- a) Os Itens (1, 3, 5, 7 e 11), são abertos para participação de todas as empresas.
- b) Os Itens (2, 4, 6, 8 e 12), são cotas de até 20%, destinados para as microempresas e empresas de pequeno porte. (*Decreto 8.538/15, art. 8º*);
- c) Os Itens (9, 10, 13, 14 e 15), são para participação exclusiva de ME/EPP. (*Decreto 8.538/15, art. 6º*)

1.1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

2 TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA –TR – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

ÁREA DE REVITALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos de equipamentos, objetos deste Termo de Referência.

7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – 7ª SR – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Teresina/Piauí, em cuja jurisdição territorial localiza-se os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

CATSERV - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

ORDEM DE FORNECIMENTO – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que vincula as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos fornecimentos, conforme estabelecido no edital e seus anexos.

FORNECEDOR(A) – Empresa licitante selecionada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos bens a serem fornecidos, condições ou requisitos exigíveis para produtos e materiais fabricados.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO OU EQUIVALENTE – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

3 FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. Forma de Realização: Forma eletrônica, por meio de sessão pública realizada pela rede mundial de computadores www.gov.br/compras.

3.2. Órgão gerenciador: CODEVASF - 7ªSR – UASG nº 195012

3.3. Modo de Disputa: Aberto

3.4. Valor Estimado: Público.

3.5. Critério de Julgamento: Menor Preço, Art. 7º Decreto 10.024/2019.

4 LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE

4.1 Os equipamentos e materiais objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues preferencialmente no galpão da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizado no Município de Teresina no Estado do Piauí, ou em local a ser indicado na Ordem de Fornecimento,



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

dentro da área de atuação da CODEVASF 7ª SR, mediante entendimento prévio entre as partes ou seus representantes.

- 4.2 O galpão da 7ª Superintendência Regional está localizado na Avenida João XXIII, nº 7600, Bairro Gurupi, Teresina – PI, CEP 64091-205.
- 4.3 A cidade de Teresina está localizada à latitude de 5°5'20" ao sul e longitude de 42°48'07" ao oeste, próximo à divisa com o Maranhão, ao oeste do estado, em uma altitude de 72 metros, na mesorregião Centro-Norte à margem direita do Rio Parnaíba, no Estado do Piauí. O acesso ao município de Teresina é feito principalmente pelas BRs 316 (sul) e 343 (Norte).
- 4.4 O meio de transporte e o acondicionamento do(s) item(ns) objeto deste pregão devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas às vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.
- 4.5 Os equipamentos e materiais objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, exceto feriados, e em horário comercial de 08:30 às 12:00 h ou de 13:30 às 17:00 h, mediante contato prévio de 5 (cinco) dias anteriores à data prevista de entrega.

5 DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

- 5.1 O objeto do presente pregão compreende o fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, transporte, carga e descarga de equipamentos e material, destinados à composição de kit's produtivos para apoio à apicultura no estado do Piauí, área de atuação da CODEVASF - 7ª SR.
- 5.2 A descrição dos fornecimentos consta das Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e Escopo de Fornecimento, Especificações Técnicas e Folha de Dados – Anexos II deste Termo de Referência, que deverão ser observados criteriosamente pelos licitantes.
- 5.3 A montagem dos equipamentos e supervisão de montagem não fazem parte do Escopo de Fornecimento.
- 5.4 A descarga dos equipamentos no local de entrega é de inteira responsabilidade do licitante e a CODEVASF não fornecerá pessoal nem os equipamentos necessários para o manuseio, devendo ser avisada via e-mail, com antecedência devida de até 5 (cinco) dias a previsão da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.
- 5.5 O meio de transporte e o acondicionamento do(s) itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade dos mesmos.
- 5.6 Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

6 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos, não se permitindo consórcios ou subcontratação.
- 6.2 Os licitantes poderão apresentar propostas para um ou mais itens individuais, discriminados na Planilha de Quantidades e Preços Orçados e nas Especificações Técnicas – Anexo II deste Termo de Referência.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

6.3 As Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

6.4 CONSÓRCIO

6.4.1 Não será permitida a participação de consórcio.

6.5 SUBCONTRATAÇÃO

6.5.1 Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

6.6 PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.6.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

7 VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

7.1 O atestado de visita aos locais do fornecimento **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes dos equipamentos/materiais.

7.1.1 Os custos de visita ao local onde serão entregues/instalados os equipamentos correrão por exclusiva conta do licitante.

7.1.2 Em caso de dúvidas sobre onde serão instalados, montados e estocados os equipamentos objetos desse Termo de Referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Revitalização da CODEVASF, em Teresina, no estado do Piauí, nos telefones: (86) 3215-0128 ou (86) 3215-0198.

7.1.3 A visita ao local onde serão entregues os equipamentos deverá ser marcada com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas e deverá ser realizada em horário comercial.

8 PROPOSTA

8.1 As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados, informados preferencialmente em língua portuguesa;
- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os equipamentos/materiais, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo II, que é parte integrante deste termo de Referência.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

- 8.1.1 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período
- 8.1.2 Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e de campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.
- 8.1.3 Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos equipamentos, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade
- 8.1.4 Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o menor preço global avaliado, para o item, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

9 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 9.1 Deverá ser apresentada em conformidade com as prescrições das leis que regem a matéria, de acordo com a previsão estabelecida no instrumento convocatório.
- 9.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
- 9.2.1 Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.
- 9.2.2 Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos equipamentos, que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações do licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outros licitantes que ofertarem equipamentos dentro das condições estabelecidas. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais, constantes das Especificações Técnicas, Anexo II deste Termo de Referência.
- 9.2.3 O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:
- a) Atestado(s) em nome da licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos de forma a permitir a constatação da experiência do licitante na execução de fornecimento de equipamentos similares ao objeto desta licitação.

10 ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A CODEVASF se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global estimado de **R\$ 4.904.259,06 (quatro milhões, novecentos e quatro mil, duzentos e cinquenta e nove reais e seis centavos), a preços de abril/2023**, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e Especificações Técnicas, constantes do Anexo II deste termo de Referência.

11 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

- 11.1 O prazo de validade dos preços apresentados neste TR é de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 11.2 O prazo para vigência da ordem de fornecimento será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data da assinatura da Ordem de Fornecimento (OF), podendo esta vigência ser prorrogada por igual período, desde que não ultrapasse a vigência da Ata de Registro de Preços correspondente.

12 FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 12.1 Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preço unitário do material, efetivamente entregue, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme a legislação vigente, e de acordo com o cumprimento do seguinte evento:
- a) 100% (cem por cento) do valor faturado após a entrega no local de recepção, com o atesto da nota fiscal de agente fiscalizador indicado pela CODEVASF que estará no local para esta tarefa.
- 12.1.1 Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data do atesto da fiscalização até o envio da ordem bancária.

13 REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 13.1 Os preços ofertados em Ata serão fixos e irrevogáveis. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador (CODEVASF) promover negociações junto às licitantes participantes, observadas as disposições do Capítulo VIII do Decreto n.º 7.892/2013.

14 REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 14.1 Caso ocorra assinatura da Ata, os preços permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste:

FÓRMULA DE REAJUSTAMENTO

$$R = V \left[\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right], \text{ onde:}$$

Onde:

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor contratual a ser reajustado

“I1” é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“I0” é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da Proposta

- 14.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

- 14.2.1 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 14.3 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

15 MULTAS

- 15.1 Nos casos de inexecução total da Ordem de Fornecimento (OF), por culpa exclusiva do(a) FORNECEDOR(A), cabe a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da(s) ordem(ns) de fornecimento, independente das demais sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos.
- 15.2 Nos casos de inexecução parcial do objeto, por culpa exclusiva do FORNECEDOR(A), será cobrada multa de até 20% (vinte por cento) do valor da parte não executada, sem prejuízo da responsabilidade civil e demais sanções.
- 15.3 Nos casos de atrasos na execução dos fornecimentos descritos no cronograma físico do objeto ou no atendimento às exigências contratuais (Ordem de Fornecimento) e editalícias, por conta exclusiva do FORNECEDOR(A), aplicar-se-á multa moratória conforme os graus de penalidades estabelecidos abaixo:

Graus de Penalidade:

- Grau 01 – multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso;
Grau 02 – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia;
Grau 03 – multa de 0,2% por dia sobre o valor total do item estimado no cronograma físico-financeiro para o período;
Grau 04 – multa de 0,2% por dia sobre o valor contratual atualizado.

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade

Inadimplências	Grau de Penalidade
Pelo não atendimento à determinação estipulada pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicado ao FORNECEDOR(A), através de comunicação formal do fiscal	01
Pela não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido	02
Por dificultar ou impedir o acesso da FISCALIZAÇÃO a documentos.	02
Pelo atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico do objeto, desde que injustificados ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela FISCALIZAÇÃO	03
Pelo atraso na conclusão do objeto, em conformidade com o prazo contratado ou aditado.	04

- 15.4 Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, o(a) FORNECEDOR(A) ficará isenta das penalidades mencionadas.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

- 15.5 Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.
- A multa será descontada do valor do faturamento do(a) FORNECEDOR(A);
 - Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor do faturamento, além da perda desta, o FORNECEDOR(A) responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
 - Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, o FORNECEDOR(A) será convocado para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
 - Não havendo qualquer importância a ser recebida pelo FORNECEDOR(A), este será convocado a recolher à Gerência de Finanças da CODEVASF 7ª SR – 7ª GRA/UFN - o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 15.6 O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ouvida a fiscalização, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.
- 15.7 Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Autoridade Competente da CODEVASF, que poderá rejeitar ou não a multa.
- 15.8 Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 15.9 Caso a Autoridade Competente da CODEVASF mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

16 RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS

- 16.1 Após o término dos fornecimentos objeto deste TR, o(a) FORNECEDOR(A) requererá à CODEVASF, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.
- 16.1.1 O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:
- Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do(a) fornecedor(a);
 - Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
- b1) O(A) fornecedor(a) é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 16.1.2 Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

- 16.1.3 Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do(a) FORNECEDOR(A).
- 16.1.4 A CODEVASF rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o TR.
- 16.2 Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que o(a) FORNECEDOR(A), às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os equipamentos rejeitados.
- 16.3 O(A) FORNECEDOR(A) entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
- a) Emissão, pela CODEVASF, do Atestado de Capacidade Técnica;
 - b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
- 16.4 Aceitos e aprovados os fornecimentos, a CODEVASF emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado do FORNECEDOR(A)
- 16.5 O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela CODEVASF sobre a execução do objeto constante na ordem de fornecimento.
- 16.6 A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.
- 16.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do FORNECEDOR(A) pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do TR.

17 FISCALIZAÇÃO

- 17.1 A gestão da ordem de fornecimento, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando o objeto em conformidade com o Edital e a Ata de Registro de Preços, observando a ordem de fornecimento e demais documentos pertinentes.
- 17.2 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução da ordem de fornecimento, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.
- 17.3 A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante o(a) FORNECEDOR(A), inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já o(a) FORNECEDOR(A) a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 17.4 A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do TR, dando conhecimento do fato à Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental, responsável pela execução do pactuado.
- 17.5 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

- 17.6 Das decisões da Fiscalização poderá o FORNECEDOR(A) recorrer à Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental da CODEVASF, responsável pelo acompanhamento do fornecimento, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 17.7 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá o FORNECEDOR(A) da integral responsabilidade pela execução do objeto da ordem de fornecimento.
- 17.8 Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.
- 17.9 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ordem de fornecimento, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 18.1 O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010:
- 18.2 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- 18.3 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 18.4 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 18.5 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 18.6 O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.
- 18.7 Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a CODEVASF poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da emissão da ordem de fornecimento, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.
- 18.8 Caso a contratada seja detentora da norma ISO 14000, poderá apresentar certificação que substitui as exigências do item 18.6 e deve apresentar a adoção das práticas previstas nas normas, bem como o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

19 OBRIGAÇÕES DO(A) FORNECEDOR(A)

- 19.1 O(A) FORNECEDOR(A) deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 19.2 O(A) FORNECEDOR(A) deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da Lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da CODEVASF, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 19.3 O(a) Fornecedor(a) deverá apresentar documentação comprobatória de que O(s) FABRICANTE(s) dos bens fornecidos têm empresa autorizada para prestar assistência técnica. Esta exigência aplica-se aos itens 03, 04, e 15 da Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Estimados.
- 19.4 O(A) FORNECEDOR(A) deverá apresentar, quando solicitado, catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sob a forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:
- a) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;
 - b) Desenhos preliminares dos equipamentos e materiais ofertados com dimensões, peso e demais características;
 - c) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos do licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta.
- 19.5 A descarga dos equipamentos/materiais adquiridos deve ser avisada via e-mail ou telefone, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.

20 OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 20.1 Exigir do FORNECEDOR(A) o cumprimento integral deste TR.
- 20.2 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pelo(a) FORNECEDOR(A), através de correspondências protocoladas.
- 20.3 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto da ordem de fornecimento.
- 20.4 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas ao FORNECEDOR(A), determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 20.5 Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 20.6 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos do(a) fornecedora(a).



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

20.7 Efetuar o pagamento no prazo previsto neste Termo de Referência.

21 GARANTIA DOS MATERIAIS

- 21.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementa à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 21.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Demandante.
- 21.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo(a) próprio(a) FORNECEDOR(A), ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 21.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 21.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 21.6 Uma vez notificada, o(a) FORNECEDOR(A) realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo(a) FORNECEDOR(A) ou pela assistência técnica autorizada.
- 21.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do(a) FORNECEDOR(A), aceita pela Demandante.
- 21.8 Na hipótese do subitem acima, o(a) FONECEDOR(A) deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela Demandante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 21.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo(a) FORNECEDOR(A), fica a Demandante autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do(a) FORNECEDOR(A) o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 21.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do FORNECEDOR(A).
- 21.11 A garantia legal do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado na ordem de fornecimento, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a ordem de fornecimento.

22 MATRIZ DE RISCO



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

- 22.1 A matriz de risco está apresentada no anexo IV deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes ao fornecimento, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 22.2 O(A) FORNECEDOR(A) não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz é da CODEVASF.
- 22.3 O(A) FORNECEDOR(A) é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para o FORNECEDOR(A).
- 22.4 Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 22.5 O(A) FORNECEDOR(A) tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 22.6 O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução da ordem de fornecimento.
- 22.7 Sempre que atendidas as condições da ordem de fornecimento e mantidas as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 22.8 O(A) FORNECEDOR(A) somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.
- 22.9 Os casos omissos na matriz de risco serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 22.10 A referida matriz de risco é parte integrante da ordem de fornecimento, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

23 CONDIÇÕES GERAIS

- 23.1 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a(o) Fornecedor(a), independente de transições.

24 ANEXOS

- 24.1 São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I – Justificativas;
- Anexo II – Escopo de Fornecimento – Planilha de Quantidades e Preços Orçados, Especificações Técnicas;
- Anexo III – Modelo de Logomarca da CODEVASF;
- Anexo IV – Matriz de Risco.